

CAMINHANDO PARA FORA DA UNIVERSIDADE

Uma experiência antropológica em um setor público municipal do sul do Brasil



WALKING OUTSIDE THE UNIVERSITY
An anthropological experience in a municipal public sector
in Southern Brazil

Thiago Luz
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social | Porto Alegre, Brasil
light.thiago@gmail.com | ORCID iD: 0000-0002-5784-0508

Resumo

Neste trabalho, apresento minha experiência profissional como estagiário de antropologia em um setor público municipal de uma cidade no sul do Brasil, ou seja, um contexto profissional fora dos centros de pesquisa, comumente associados à prática antropológica. Assim, a narrativa aqui apresentada está organizada de modo a descrever o setor em que atuei, sua função institucional, seus principais públicos-alvo e um projeto coordenado por esse setor envolvendo a capacitação de servidores municipais. A ideia central deste artigo é, portanto, construir reflexões sobre os desafios e potencialidades da antropologia fora dos muros da universidade.

Palavras-chave

Experiência; Estágio de antropologia; Poder público; Estado; Política.

Abstract

In this work, I present my professional experience as an anthropology intern in a municipal public sector in a city in southern Brazil, that is, a professional context outside the universities, commonly associated with anthropological practice. Thus, the narrative presented here is organized in order to describe the sector in which I worked, its institutional function, its main target audiences and a project coordinated by that sector involving the training of municipal employees. The central idea of this article is, therefore, to build reflections on the challenges and potential of anthropology outside the walls of the university.

Keywords

Experience; Anthropology internship; Public Power; State; Politics.



Introdução

Em maio de 2018, recebi em minha caixa de *e-mail* uma mensagem informando que a Prefeitura do município onde resido estava com um processo seletivo aberto para contratação de dois estagiários de antropologia¹. A vaga em questão buscava estudantes do curso de Ciências Sociais para atuar no setor administrativo do poder municipal responsável pelas políticas públicas referentes aos povos indígenas e aos migrantes/refugiados que vivem no território da cidade. De início, fiquei receoso em participar do processo seletivo, isso porque minha trajetória acadêmica, naquele momento, vinculava-se diretamente à Educação e às discussões sobre gênero, sexualidade e currículo no curso de Licenciatura em Ciências Sociais. Todavia, resolvi participar do processo seletivo (composto de uma prova de múltipla escolha contendo questões sobre legislações referentes aos Povos Indígenas e aos migrantes/refugiados e questões específicas do campo antropológico, análise de currículo e uma entrevista presencial), já que acreditava que essa oportunidade de trabalho fora da Academia poderia me proporcionar a chance de vislumbrar como os debates acadêmicos ultrapassavam os muros da Universidade, e, claro, poderia me proporcionar uma boa experiência profissional. Para minha alegria, fui selecionado no processo seletivo e a partir de julho de 2018 passei a compor a equipe desse setor. Permaneci ali até janeiro de 2020, o último mês antes de obter meu título de Licenciado em Ciências Sociais, pois a vaga em questão era apenas para estudantes de graduação.

Desse modo, tomando como fio condutor deste texto minha atuação enquanto estagiário de antropologia fora dos muros da Universidade, procurarei narrar algumas experiências e apresentar algumas análises sobre o fazer antropológico em um órgão do poder municipal de uma cidade do sul do Brasil². Para tanto, o presente texto está organizado

¹ Recebi esse *e-mail* pois, alguns meses antes, realizei meu cadastro na plataforma de estágios da Prefeitura. Essa plataforma, direcionada a estudantes do Ensino Básico e do Ensino Superior, reúne dados de estudantes que queiram, e estejam aptos, a participarem dos processos seletivos disponíveis na administração municipal.

² Por motivos éticos, não irei nomear a cidade, nem mesmo a unidade da administração municipal em que atuei. Assim, os detalhes aqui

de forma a: a) contextualizar o setor em que atuei; b) apresentar um projeto em que atuei mais ativamente enquanto estagiário de antropologia, envolvendo os direitos dos Povos Indígenas do município; e, c) refletir sobre os efeitos da política institucional nos rumos de atuação desse setor. De modo geral, a ideia central desse texto é, portanto, tecer algumas considerações sobre os desafios e potencialidades do fazer antropológico para além de instituições científicas, ou seja, o foco está em relatar minha experiência singular envolvendo a antropologia e sua intersecção com o poder público municipal.

Contextualizando o “campo” – a unidade, a equipe e sua atuação

Instituída, em 1997, para produzir encaminhamentos sobre as demandas das lideranças indígenas apresentadas ao município, o setor em que atuei como estagiário é, atualmente, uma Unidade Administrativa, mas nem sempre foi assim. Ao longo dos seus 24 anos de atuação, ela já teve diferentes *status* institucionais, sendo, por exemplo, uma Assessoria Institucional vinculada diretamente ao Gabinete do Prefeito, um Núcleo Institucional, uma Coordenadoria Institucional e, até mesmo, uma Secretaria Adjunta – essa, de acordo com a hierarquia administrativa do município, tendo mais autonomia e recursos financeiros. Em 2018, entretanto, após a extinção da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, a qual a Secretaria Adjunta estava vinculada, passou a ser uma Unidade Administrativa (*status* institucional que está nos níveis hierárquicos mais baixos, de acordo com as normativas do município), estando agora vinculada à Diretoria de Direitos Humanos, por sua vez vinculada à nova Secretaria de Esporte e Desenvolvimento Social (ambas instâncias criadas após a extinção da Secretaria de Direitos Humanos).

Os públicos-alvo do setor também foram se alterando, pois, ao longo do tempo, novos sujeitos passaram a compor o público da Unidade. Em 1997, por exemplo, apenas os Povos Indígenas eram considerados, porém, atualmente, a Unidade

dispostos não são tão precisos, indicando, por exemplo, apenas parcialmente o campo empírico. Tomo essa decisão porque me parece a mais sensata e ética nesse caso, assim como acredito que uma precisão geográfica ou nominal não é indispensável para refletir sobre a antropologia para além da Academia. De qualquer modo, tentarei fornecer detalhes suficientes para que a pessoa leitora possa se sentir contextualizada.

tem como atribuição outros sujeitos, como os migrantes, refugiados, pescadores artesanais, pessoas egressas do sistema prisional, apátridas e vítimas do tráfico de pessoas. Assim, ao longo dos anos e das gestões, a Unidade passou a aglutinar pautas de diferentes sujeitos políticos, mesmo que as políticas públicas municipais não tenham acompanhado essa mudança. As políticas públicas mais robustas são as voltadas aos Povos Indígenas e aos migrantes/refugiados, sendo esparsas – embora não totalmente inexistentes – aquelas voltadas aos pescadores artesanais e às pessoas egressas do sistema prisional, por exemplo. Essas mudanças, nos moldes desse setor administrativo, são fruto das diferentes gestões políticas e de suas políticas institucionais ao longo dos anos, ou seja, as reformulações dizem respeito aos modos de gestão de cada governo eleito no município e, conseqüentemente, suas prioridades.

A equipe também foi mudando ao longo dos anos. Quando cheguei à Unidade, a equipe era composta por um coordenador com formação em biologia, mas com longa atuação junto aos Povos Indígenas do município, e que estava na função na modalidade Cargo Comissionado (CC); e de um assessor técnico com formação em Antropologia Social, a nível de mestrado, e servidor concursado. O processo seletivo do qual participei tinha como intuito, então, contratar dois estagiários para atuação na Unidade, junto do coordenador e do assessor técnico. Junto de mim, uma colega que também cursava Licenciatura em Ciências Sociais foi aprovada. A partir de 2018, a Unidade passou a ser composta por nós quatro.

Interessante destacar que o processo seletivo do qual participei não surge como uma demanda espontânea do Estado, mas como uma demanda dos dois sujeitos presentes na Unidade naquele momento para promover um trabalho mais qualificado. Esse episódio parece corroborar as ideias de Herzfeld (2008) sobre a inexistência de um Estado enquanto entidade abstrata e monolítica, pois evidencia como o Estado é produzido por sujeitos heterogêneos, através de processos também heterogêneos. Dito de outra forma, “O Estado”, enquanto um ente genérico não existe, antes, é um conjunto de processos empreendidos por atores. Podemos pensar, por exemplo, como a existência de outros sujeitos, que não aqueles com os quais trabalhei, poderiam ter efeitos diferentes em relação à Unidade, pois, no limite, um processo seletivo específico para contratação de estudantes de antropologia

poderia nunca ter ocorrido. Isso parece apontar para como o Estado é permeado pelas subjetividades e bagagens dos agentes públicos.

Minha atuação estava mais ativamente concentrada nas demandas dos Povos Indígenas, embora, algumas vezes, tenha atuado com os pescadores artesanais, quando demandavam nossa presença em suas plenárias (como já apontei, as políticas públicas para esses sujeitos são quase inexistentes). Ao passo que minha colega atuava mais diretamente com os migrantes e refugiados. Esse modelo de atuação nos possibilitava maior agilidade e dinamicidade em relação às pautas da Unidade, tendo em vista que éramos apenas quatro pessoas trabalhando em um setor público cuja proposta era atender diferentes sujeitos. Entretanto, claro, nenhum de nós se concentrava apenas em uma atividade ou se envolvia nas demandas de apenas um público-alvo, isso sequer seria possível.

Cabe destacar, também, que o papel da Unidade, enquanto atuei no setor, era a realização de um trabalho de articulação entre as demais instâncias do município e instâncias externas ao município, como a FUNAI, o MPF, o Governo do Estado, organizações da sociedade civil, dentre outras, para a visibilização, monitoramento e promoção dos direitos dos sujeitos. Assim como, claro, possibilitar diálogos entre esses sujeitos (através de suas lideranças) e as demais instâncias administrativas do município ou externas a ele. Na segunda parte deste texto irei apresentar um projeto promovido pela Unidade, cujo objetivo foi a qualificação dos servidores municipais em relação às legislações indigenistas e aos direitos indígenas, como forma de exemplificar mais nitidamente a atuação desse setor.

Durante meus quase dois anos de trabalho atuei com os Mbyá-Guarani, os Kaingang e os Charrua, os três Povos Indígenas reconhecidos como pertencentes ao município. Embora não fossem os únicos povos a circular pela cidade, o reconhecimento institucional sobre territorialidade estendia-se apenas aos três e, portanto, as políticas públicas disponíveis para sujeitos indígenas dizem respeito apenas a essas três etnias. A esse respeito, lembro, por exemplo, de um episódio no qual um indígena Quéchuá precisou ser assessorado pela Unidade – que claro, nunca tinha a palavra final sobre as ações finais do município, pois estava ali para assessorar e não decidir. A narrativa apresentada a nós por outros setores da administração pública era a de que sua etnia não era

reconhecida como pertencente ao território do município, logo, as políticas indigenistas não deveriam se estender a esse sujeito. Essa era a narrativa, por exemplo, do setor vinculado à Secretaria de Economia, cuja atuação volta-se a pensar o comércio na cidade. Pela etnia Quéchuá não ser reconhecida para o município, tal Secretaria apresentava empecilhos à venda de artesanato por parte desse indígena. Como sustentava esse setor, o indígena, enquanto oriundo de outro país, poderia ser enquadrado nas legislações do município enquanto um migrante e, de toda forma, poderia ser assessorado pelas políticas para esse público. O indígena, contudo, era artesão e vendia seu artesanato pelas ruas da cidade. As legislações municipais são nebulosas sobre a venda de artesanato nas ruas por indígenas, o que faz com que os agentes de fiscalização não incidam sobre eles quando vendem seu artesanato. Mas elas são bastante rígidas sobre a comercialização de produtos por não-indígenas que não apresentem uma autorização de comércio de rua, sendo, inclusive, rotineiras as apreensões de mercadorias vendidas por migrantes por parte desse setor³. Até minha saída da Unidade essa “controvérsia” não havia sido resolvida.

Para encerrar esta seção, gostaria de apontar como essa minha atuação institucional foi modificando minha trajetória acadêmica na Universidade. Antes dessa atuação, a etnologia indígena figurava em meu percurso apenas a partir das disciplinas obrigatórias do curso de Ciências Sociais, tendo em vista a forte presença da temática indígena na consolidação da antropologia, por exemplo, através das reflexões de Lévi-Strauss, Manuela Carneiro da Cunha, João Pacheco de Oliveira, Eduardo Viveiros de Castro, Pierre Clastres, Tânia Stolze de Lima e Aparecida Vilaça. Mas, a partir de minha experiência de trabalho, acrescentei em meu currículo algumas outras disciplinas com foco explícito na etnologia brasileira. Tomando de empréstimo a ideia de Favret-Saada (2005) sobre afetação, sublinho como essa experiência profissional me transformou, tendo sido necessário rearticular minha formação (o que, claro, traz efeitos, também, em minha vida fora das

³ Nos últimos anos, o fluxo migratório de pessoas haitianas, senegalesas e venezuelanas têm crescido no município em questão. Essas pessoas, na maioria das vezes, dependem de trabalhos informais, como a venda de produtos pelas ruas da cidade. Entretanto, segundo a legislação municipal, essa venda de mercadorias é ilegal, o que faz com as apreensões de mercadorias sejam muito frequentes. Destaco como as associações de migrantes têm tido papel fundamental na criação de diálogos com o município, na tentativa de mudar essa realidade.

salas de aula) para que fosse capaz de responder a meu “campo” empírico da maneira mais responsável, competente e ética possível. Dito de outra forma, foi necessário que eu colocasse em prática o pressuposto chave da antropologia, isto é, um olhar atento à diferença.

Tentando um diálogo – o projeto de qualificação de servidores

Como mencionei acima, entre as finalidades institucionais da Unidade figuravam a promoção e a visibilização dos direitos dos Povos Indígenas do município, tanto para agentes do poder municipal quanto para sujeitos externos. Nessa seção, portanto, abordarei o projeto de qualificação de servidores liderado pela Unidade como forma de descrever um exemplo prático de nossa atuação enquanto agentes públicos e de que forma conhecimentos antropológicos foram mobilizados nesse projeto⁴.

O projeto de qualificação em questão estava voltado para os agentes de fiscalização do comércio de rua do município, embora estivesse aberto para outros servidores. O curso estava organizado para apresentar as legislações indigenistas do município, as realidades das etnias indígenas da cidade e promover reflexões socioantropológicas junto aos servidores sobre as culturas indígenas. De forma geral, a ideia central era apresentar a tais sujeitos, usando a ideia de Freitas (2008), como os indígenas são nossos contemporâneos. Para tanto, o curso foi organizado através de três módulos de discussão: a) apresentação da ideia do curso e reflexões antropológicas iniciais sobre cultura, etnocentrismo e Povos Indígenas; b) apresentação das legislações a nível internacional, nacional, estadual e municipal referentes aos direitos indígenas; e c) construção coletiva de uma proposta de legislação específica sobre o comércio realizado por sujeitos indígenas no município. Cabe destacar, como mencionei anteriormente, que as legislações sobre comércio de rua empreendido por sujeitos indígenas são nebulosas, o que, conforme relatos dos servidores de fiscalização, acabava impactando em seu trabalho, pois eles não sabiam como agir em relação aos indígenas. Logo, cada

⁴ Tendo em vista o escopo deste trabalho, não será possível apresentar todas as nuances do projeto de qualificação, entretanto, buscarei narrar alguns pontos chave, na tentativa de tecer reflexões pertinentes ao campo antropológico.

servidor atuava de maneira distinta quando se deparava com sujeitos indígenas. Assim, uma das propostas do curso, para além da reflexão, estava na elaboração de uma proposta de legislação específica sobre o tema. Essa legislação era uma grande demanda, também, das comunidades indígenas da cidade, pois lhes traria mais segurança. Importante destacar como o curso foi construído com outros atores sociais além da Unidade: Ministério Público Federal (MPF), FUNAI, setores do Governo do Estado, setores da Secretaria de Economia do município, setores da Secretaria de Saúde do município e lideranças indígenas das comunidades do município. Havia, portanto, um esforço coletivo de diversos sujeitos.

No primeiro módulo do curso, representantes de quase todas as comunidades indígenas da cidade participaram. Nessa ocasião, as lideranças apresentaram suas realidades, suas culturas, seus modos de vida e de subsistência. Foi uma grande plenária, se pudermos utilizar esse termo. Os servidores municipais – o termo no masculino é proposital aqui, tendo em vista que todos os fiscais presentes eram homens – puderam realizar perguntas para as lideranças e vice-versa. Foi um diálogo bastante construtivo, mas não sem embaraços. A certa altura, após a fala de uma liderança indígena, um servidor levanta a mão e pergunta a essa liderança “qual o seu nome de índio”. A liderança prontamente retoma a palavra e afirma que “eu não tenho nome Kaingang [sua etnia], meu nome é o que eu falei quando iniciei minha fala”. Após esse episódio, as apresentações continuaram e as conversas e diálogos seguiram. Nesse módulo, nós (enquanto Unidade) nos apresentamos e apresentamos nosso trabalho, assim como os demais setores que compunham a organização do curso. Os servidores também se apresentaram, a maioria apenas expondo seu nome e seu local de atuação, enquanto fiscais, mais frequente na cidade. Alguns, por outro lado, apresentavam, também, suas expectativas em relação ao curso. Durante esse encontro, nós (a Unidade) apresentamos, também, as realidades de outras culturas indígenas do Brasil, por exemplo, através de filmes, livros e do Censo IBGE 2010⁵, como forma de demonstrar aos presentes

⁵ O Censo IBGE 2010, o mais recente até o momento, evidencia como o território brasileiro apresenta 305 etnias indígenas e 274 idiomas indígenas. Alguns detalhes sobre as populações indígenas podem ser conferidos em: https://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/folder_indigenas_web.pdf. Acesso em: 27 de abr. de 2021.

como os territórios e as territorialidades indígenas difundem-se por todo o território nacional.

No segundo módulo do curso foram apresentadas aos presentes algumas das legislações indigenistas em vigência. Passamos pela Constituição Federal de 1988, a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Estado Brasileiro é signatário, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica do Município. A partir disso, realizamos discussões sobre os direitos indígenas assegurados por essas legislações, assim como discutimos nomenclaturas e termos, como “índio”, “indígena”, “povo”, “tribo” e “etnia”. Nesse módulo contamos, novamente, com a presença das lideranças indígenas e, também, com pesquisadores e pesquisadoras acadêmicos das áreas da antropologia, sociologia, geografia e políticas públicas. As pesquisadoras e os pesquisadores apresentaram projetos e atividades realizadas com comunidades indígenas do município e de outras localidades do estado e do Brasil. Esse módulo serviu para historicizar os direitos e as lutas indígenas, assim como as instituições brasileiras envolvidas com as temáticas indígenas. Destaco, especificamente, a apresentação de um professor que contextualizou a presença indígena na cidade, através de fotografias e relatos orais de várias gerações de lideranças indígenas que as comunidades já tiveram. Esse momento tem destaque aqui, pois servidores mais antigos reconheceram alguns pontos da cidade que não existem mais ou que passaram por grandes modificações e, até mesmo, reconheceram algumas lideranças já falecidas. Acredito ter sido um encontro muito profícuo, já que diálogos entre esses servidores e parentes presentes dessas lideranças já falecidas se estabeleceram.

O terceiro módulo do curso – que até minha saída da Unidade não tinha sido finalizado – envolveu, em um primeiro momento, mapear os pontos nos quais as comunidades indígenas vendiam seus produtos. O intuito desse mapeamento foi apresentar aos servidores os pontos chave do comércio indígena na cidade. A fiscalização, por outro lado, apresentou aos indígenas em quais pontos da cidade era vedada a comercialização de produtos, segundo as legislações vigentes. A ideia central desse momento foi possibilitar, novamente, o estabelecimento de diálogos entre a fiscalização de rua e as comunidades. Aqui, as comunidades reivindicaram, por exemplo, um espaço na rodoviária e no aeroporto da cidade, devido ao alto fluxo de pessoas e de possíveis compradores. Foi

um momento bastante tenso, pois a territorialidade indígena não obedece, necessariamente, às fronteiras que o poder público estabelece em seus regramentos e normas. Em alguns momentos, por exemplo, nossa equipe teve de atuar na direção de acalmar os ânimos dos presentes. Aqui, destaco como nessa ocasião um sentimento dúbio tomou conta de mim a respeito de como deveria proceder: estava ali enquanto aliado das comunidades indígenas que estabeleci relações de proximidade ao longo de meu trabalho na Unidade, ou estava ali puramente enquanto um agente do município e deveria me manter neutro? Desde aquele dia, até minha saída da Unidade, não consegui resolver definitivamente essa questão de posicionamento. Todavia, destaco como as elaborações de Haraway (1995) sobre situacionalidade me forneceram importantes ferramentas para que fosse possível refletir sobre minha dupla posição (estudante de antropologia e profissional do município) de modo que eu fosse capaz de prestar contas aos sujeitos com os quais me relacionava, sejam indígenas ou não-indígenas. Aqui, os primeiros debates sobre uma proposta de legislação específica sobre o tema foram iniciados. Todavia, como mencionei logo acima, a proposta nunca se concretizou. Na próxima seção, apresento uma possibilidade para que isso tenha acontecido.

Finalizo esta seção refletindo sobre os conhecimentos antropológicos. Como já elucidei, alguns conflitos entre as partes envolvidas ocorreram, porém, o projeto de capacitação seguiu um curso bastante produtivo. Não obstante, foi muito perceptível como noções do senso comum eram diretamente atreladas às comunidades indígenas por parte dos servidores municipais. Cito, por exemplo, as clássicas ideias que atam povos indígenas e primitivismo. Ou noções que compreendem indígenas como violentos. Ou, ainda, concepções que compreendem os sujeitos indígenas apenas como aqueles que vivem em aldeias. Esse imaginário em torno dos Povos Indígenas não é comum na antropologia, entretanto, estava disseminado entre os agentes públicos. Sublinho, então, como essa prática da antropologia para além dos centros científicos é desafiada constantemente por esses discursos do senso comum. É necessário responder contra esses discursos, mas de uma forma responsável e ética, que nem sempre estamos preparados a empreender. Eu, enquanto estudante de antropologia e enquanto estagiário de antropologia em um setor do poder municipal, me vi frequentemente provocado por esse

imaginário social etnocêntrico. Entretanto, destaco, também, como encontrei aliados e aliadas que foram fundamentais nesse meu percurso.

Se na Academia estamos todas e todos – ou pelo menos deveríamos estar – partilhando de uma concepção de mundo atenta à diferença, de forma a romper cotidianamente com essencialismos, fora da Academia isso não necessariamente é rotineiro. Em meu trabalho, portanto, me vi frente a frente com narrativas alheias à diferença, tendo de me posicionar firmemente a respeito delas. Os conhecimentos antropológicos certamente forneceram um arcabouço técnico muito importante para que eu fosse capaz de me posicionar, no entanto, destaco a importância do aprofundamento de uma antropologia pública (Fassin 2013).

Mudanças no comando, mudanças nos rumos

Conforme já apresentei, a Unidade era coordenada por um biólogo, com longa atuação com os Povos Indígenas, que estava no cargo na modalidade Cargo Comissionado (CC), isto é, não era servidor do quadro efetivo do município, podendo, portanto, ser exonerado da função a qualquer momento. E foi exatamente isso que ocorreu em abril de 2019. Numa manhã qualquer, o diretor da Diretoria à qual a Unidade era subordinada requisitou uma reunião com nosso coordenador, o que, até então, não representava nada de incomum. Entretanto, após alguns minutos em reunião, nosso coordenador voltou até a sala da Unidade e nos comunicou que a partir do dia seguinte ele não faria mais parte da equipe. Fora exonerado do cargo. Obviamente, ficamos em choque, pois tínhamos recentemente iniciado os trabalhos naquele dia. Não que fosse fazer alguma diferença, mas nunca chegamos a saber exatamente o motivo de sua exoneração. Sabíamos, apenas, que tinha sido uma decisão direta da Secretaria à qual a Unidade estava subordinada. Importante destacar como o diretor que comunicou a exoneração de nosso coordenador tinha recentemente assumido o cargo, a antiga diretora também tinha sido recentemente exonerada. A notícia que corria no prédio onde estávamos lotados, através de conversas informais, era que alianças políticas entre a Câmara de Vereadores e o Gabinete do Prefeito tinham sido os motivos das exonerações. Alguns partidos políticos aparentemente

tinham reivindicado aqueles cargos em troca do apoio político para o Prefeito.

Depois de dois meses sem ninguém no cargo, o diretor fez uma indicação direta de um novo coordenador para a Unidade. Algum tempo depois, descobrimos que a proximidade entre esses dois sujeitos dava-se por um contexto religioso. O diretor era pastor na igreja na qual o novo coordenador era frequentador. Sublinho, também, como a indicação do próprio diretor foi realizada por um conhecido vereador evangélico – e também pastor – da cidade. Como demonstram estudos sociais, a presença religiosa no setor público na América Latina é frequente. Cito, por exemplo, a recente coletânea de textos intitulada “*Derechos em riesgo en América Latina – 11 estudios sobre grupos neoconservadores*”, de 2020, organizado por Ailynn Torres Santana, na qual diferentes pesquisadores e pesquisadoras buscam analisar como a presença religiosa fundamentalista vem se infiltrando no espaço público de diversos países da América Latina e como essa presença atrela aos Estados ideais, discursos e imaginários conservadores. Nada de “religioso” aconteceu em nossa Unidade no período que ali atuei, todavia, acho pertinente destacar como o poder público vem cada vez mais sendo permeado por grupos religiosos, em especial grupos evangélicos. E isso se torna notável no contexto aqui analisado, vide a força política dos grupos evangélicos da Câmara de Vereadores, evidenciada através das indicações acima mencionadas.

Embora nosso ambiente de trabalho tenha permanecido laico – se é que faz sentido utilizar essa expressão, vide o contexto aqui apresentado – nossos trabalhos não seguiram o mesmo fluxo. Se antes nosso trabalho voltava-se à consolidação dos direitos dos povos indígenas através de discussões na esfera pública, agora, nosso trabalho era cotidianamente permeado pela esfera pessoal do novo coordenador. Se antes nosso trabalho era alicerçar uma política pública robusta para as comunidades indígenas do município, agora, nossas interações com essas comunidades envolviam ações quase que puramente assistencialistas. Como apontei na seção anterior, o curso de capacitação com a nova gestão não prosseguiu nos moldes anteriormente acordados entre as partes envolvidas, na verdade, ele sequer prosseguiu, mesmo que com modificações já esperadas, devido a troca de gestão. Seguindo Brown (2019), arrisco dizer que a Unidade passou por um processo

neoliberalizante de desdemocratização, ou seja, pautas coletivas mais amplas passaram a ser descartadas em prol de pautas mais pontuais e individuais. As respostas institucionais passaram a figurar em segundo plano, ao passo que a esfera pessoal do coordenador passou a figurar como resposta aos problemas dos públicos-alvo da Unidade. Certamente não pretendo aqui fazer coro a uma tecnocracia estatal que não está atenta aos indivíduos e suas singularidades, mas é importante prestar atenção em como uma ênfase em lógicas individualistas minam o social e suas potencialidades.

Por fim, retomando algo que expus na primeira seção, esse novo modelo de atuação da Unidade parece, também, apoiar a ideia, baseada nas reflexões de Herzfeld (2008), sobre como diferentes sujeitos podem vir a suscitar diferentes efeitos em relação aos rumos desse setor. Infelizmente, esse novo modelo de gestão vai ao encontro do que Kalil (2020) chama de políticas anti direitos, algo que vem se espraiando pela sociedade brasileira de forma feroz.

Considerações Finais

Embora minha experiência atuando, digamos, como um antropólogo, tenha sido breve (cerca de dois anos), deixou marcas em meu percurso acadêmico e profissional, fornecendo-me importantes aprendizados éticos, por exemplo. Pois, se como afirma Ingold (2019: 12), a respeito de como nossos estudos antropológicos demandam observação, “a observação se dá não pela objetificação dos outros, mas prestando atenção a eles, vendo o que fazem e escutando o que dizem”, isso é igualmente verdade em um contexto profissional, uma vez que prestar atenção nos sujeitos com os quais nos relacionamos é fundamental. Pensando com Fonseca (2019), é muito importante analisarmos e escutarmos o público com o qual estamos dialogando ou prestes a iniciar um diálogo. Logo, é imprescindível, para além do simples aprendizado teórico de conceitos ou ideias, um aprendizado sobre as formas de comunicação desses conceitos e ideias em ambientes que não a Academia, pois, para mim, a antropologia é um importante campo científico com contribuições indispensáveis à esfera pública mais ampla.

Ao longo desse texto, portanto, busquei apresentar algumas experiências vivenciadas ao longo de meu trabalho enquanto estagiário de antropologia em um setor do poder

público municipal de uma cidade do sul do Brasil, na tentativa de tecer algumas reflexões sobre a antropologia em contextos não universitários. Tentei salientar as possibilidades e os frutos dessa experiência, mas sem esconder os desafios que enfrentei ao longo do caminho. De forma geral, o que busquei aqui foi me somar às discussões e reflexões sobre o fazer antropológico, sem pretensões totalizantes ou finalísticas, pois é certo que há muito ainda a ser construído.



Figura 1 - Vista panorâmica, de parte do município descrito nesse texto, fotografada a partir do ponto mais alto de uma Aldeia Mbyá-Guarani presente na cidade.

Arquivo pessoal do autor, 2019.

Referências bibliográficas:

- BROWN, Wendy. 2019. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia.
- FASSIN, Didier. 2013. “Why ethnography matters: Anthropology and its publics”. *Cultural Anthropology*, 28(4): 621-646.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. 2005. Ser afetado. *Cadernos de Campo*, 13: 155-161.
- FREITAS, Ana Elisa de Castro. 2008. Nossos contemporâneos indígenas. In: Ana Elisa de Castro Freitas e Luiz Fernando Caldas Fagundes. *Povos Indígenas da Bacia Hidrográfica*

- do Lago Guaíba. Porto Alegre, Brasil: Impressos fáceis LTDA. p. 5-13.
- FONSECA, Claudia. 2019. Crianças, seus cérebros... e além: Reflexões em torno de uma ética feminista de pesquisa. *Revista Estudos Feministas*, 27(2): e56169
- HARAWAY, Donna. 1995. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5: 7-41.
- HERZFELD, Michael. 2008. Comment: interrogating the neo-pluralist orthodoxy in American Anthropology – Who makes the structures? *Dialectical Anthropology*, 32: 87-92.
- INGOLD, Tim. 2019. *Antropologia: para que serve*. Petrópolis: Vozes.
- KALIL, Isabela. 2020. Políticas antiderechos en Brasil: neoliberalismo y neoconservadorismo en el gobierno de Bolsonaro. In: SANTANA, Ailynn Torres. *Derechos em riesgo en América Latina – 11 estudios sobre grupos neoconservadores*. Quito, Equador: Fundación Rosa Luxemburg. p. 35-53.
- SANTANA, Ailynn Torres (Ed.). 2020. *Derechos em riesgo en América Latina – 11 estudios sobre grupos neoconservadores*. Quito, Equador: Fundación Rosa Luxemburg. 275 p.

Recebido em: 30/04/2021

Aceito em: 05/07/2021